

**ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO:
desafios da fluência em leitura no contexto das necessidades especiais**

**LITERACY AND INCLUSION:
challenges of reading fluency in the context of special needs**

Kamyla A. Carvalho¹

RESUMO

A alfabetização constitui um processo essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança, sendo um direito fundamental previsto nas políticas educacionais brasileiras. Contudo, os desafios relacionados à fluência em leitura e à inclusão de crianças com necessidades especiais ainda persistem no contexto escolar. Este artigo de revisão teórica tem como objetivo aprofundar o debate sobre os fatores que interferem na alfabetização, abordando aspectos neuropsicológicos, pedagógicos e afetivos que influenciam o processo de aquisição da leitura e da escrita. Foram analisadas produções científicas recentes que discutem a importância da intervenção precoce, das práticas inclusivas e do papel do mediador no desenvolvimento da fluência leitora, sobretudo em crianças com transtornos de aprendizagem e outras condições específicas. Conclui-se que a alfabetização efetiva e inclusiva depende de abordagens interdisciplinares que respeitem as particularidades de cada sujeito, valorizando as potencialidades individuais e garantindo o direito à aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização; Fluência em leitura; Inclusão; Necessidades especiais; Psicopedagogia.

ABSTRACT

Literacy is an essential process for the cognitive, social, and emotional development of children and a fundamental right established in Brazilian educational policies. However, challenges related to reading fluency and the inclusion of children with special needs remain significant in school settings. This theoretical review aims to deepen the discussion on factors that influence literacy, addressing neuropsychological, pedagogical, and emotional aspects that affect the acquisition of reading and writing. Recent scientific publications emphasizing early intervention, inclusive practices, and the role of mediation in the development of reading fluency — particularly in children with learning disorders and other specific conditions — were analyzed. It is concluded that effective and inclusive literacy depends on interdisciplinary approaches that respect individual differences, value personal potential, and guarantee the right to learn.

Keywords: Literacy; Reading fluency; Inclusion; Special needs; Psychopedagogy.

¹ Psicóloga (CRP 04/82599), Neuropsicopedagoga e Educadora. Clínica Psiq – Uberlândia/MG.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos processos mais complexos e significativos do desenvolvimento humano, pois envolve não apenas a aquisição do código linguístico, mas também a construção de sentido, a formação de pensamento crítico e a inserção plena do sujeito na cultura letrada. Mais do que aprender a decodificar letras e palavras, alfabetizar-se é um ato de compreensão do mundo e de expressão de si mesmo. Nesse sentido, o processo de alfabetização ultrapassa os limites da escola e adquire um papel central na constituição cognitiva, social e emocional da criança, sendo considerado um dos pilares da educação básica e um direito fundamental previsto pela legislação brasileira (Brasil, 2017).

No entanto, apesar dos avanços das políticas públicas e das diretrizes curriculares, os desafios que permeiam a alfabetização permanecem expressivos, especialmente quando se trata de promover a fluência em leitura e garantir a inclusão efetiva de crianças com necessidades educacionais especiais. Diversos estudos indicam que o insucesso escolar e o atraso na aprendizagem da leitura e da escrita ainda estão entre as principais causas de encaminhamento para serviços psicopedagógicos e neuropsicológicos (Capovilla; Capovilla, 2007; Soares, 2003). Esses desafios se intensificam quando o processo de ensino não contempla as singularidades cognitivas e emocionais das crianças, nem considera as barreiras atitudinais e estruturais que dificultam o acesso equitativo ao conhecimento.

A fluência leitora, entendida como a capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia adequada, é considerada um indicador fundamental da competência leitora e da compreensão textual. Quando a fluência não é devidamente desenvolvida, a criança tende a apresentar dificuldades de interpretação, menor motivação para leitura e, consequentemente, baixo rendimento escolar (Morais, 1996; Hoole; Defiore, 2022). Assim, compreender os mecanismos que sustentam a fluência — tanto do ponto de vista linguístico quanto neuropsicológico — é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

Nesse contexto, o papel do educador e do psicopedagogo torna-se decisivo. É por meio da mediação sensível, da escuta e da adaptação metodológica que se possibilita o avanço de crianças com diferentes perfis de aprendizagem. A alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Deficiência Intelectual ou outras condições específicas requer intervenções que respeitem o ritmo individual,

estimulem as funções cognitivas e favoreçam o desenvolvimento da autonomia e da autorregulação (Vygotsky, 1998; Brasil, 2008). Assim, alfabetizar com equidade significa reconhecer que todos aprendem, mas não da mesma forma, nem no mesmo tempo.

A perspectiva da educação inclusiva, consolidada a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e reafirmada nas políticas educacionais brasileiras, defende que o ambiente escolar deve ser um espaço de acolhimento à diversidade, em que as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como oportunidades para o aprendizado mútuo. Sob essa ótica, o processo de alfabetização precisa ser compreendido como um percurso flexível, que integra práticas pedagógicas adaptadas, uso de recursos de acessibilidade, estratégias cognitivas diferenciadas e valorização das potencialidades de cada criança.

Todavia, a efetivação dessas práticas ainda enfrenta entraves significativos. Em muitas escolas, o ensino da leitura e da escrita permanece baseado em métodos uniformes, centrados na repetição mecânica e na padronização de resultados, o que desconsidera os aspectos afetivos, motivacionais e socioculturais que influenciam o aprender. Essa visão reducionista tende a acentuar as desigualdades e a marginalizar alunos que não se encaixam no padrão esperado, perpetuando uma lógica de exclusão silenciosa. Diante disso, torna-se urgente refletir sobre novas formas de ensinar e aprender a ler e escrever, à luz de uma abordagem interdisciplinar e humanizada, que articule conhecimentos da pedagogia, da psicologia e da neurociência.

Este artigo de revisão teórica propõe-se, portanto, a aprofundar o debate sobre os desafios da alfabetização contemporânea, com ênfase na fluência em leitura e na inclusão de crianças com necessidades especiais. Busca-se compreender como os fatores cognitivos, emocionais e sociais interagem nesse processo e quais estratégias de intervenção podem favorecer uma aprendizagem significativa. A análise baseia-se em produções científicas nacionais e internacionais publicadas entre 2010 e 2025, destacando as contribuições de autores como Ferreiro, Soares, Capovilla, Moraes e Vygotsky, entre outros.

Ao promover essa reflexão, pretende-se contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas e psicopedagógicas que considerem a singularidade do sujeito e reafirmem o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora. Assim, alfabetizar deixa de ser apenas um ato técnico e se consolida como um gesto ético e político — um compromisso com a dignidade humana e com o direito de todos à palavra e à participação social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Concepções de Alfabetização e Letramento

A alfabetização, em sua dimensão histórica e social, ultrapassa o simples domínio técnico do código escrito. Trata-se de um processo que envolve a compreensão da linguagem como instrumento de comunicação, pensamento e cultura. Autores como Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986), ao investigarem a psicogênese da língua escrita, romperam com a visão mecanicista da alfabetização e trouxeram à luz a ideia de que a criança constrói hipóteses sobre o funcionamento da escrita antes mesmo de ser formalmente ensinada. Essa concepção transformou a prática pedagógica, ao reconhecer o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem, que elabora, testa e reformula suas próprias hipóteses sobre o sistema alfabético.

De forma complementar, Magda Soares (2003) amplia a discussão ao diferenciar os conceitos de alfabetização e letramento. Para a autora, alfabetizar é ensinar o código — a decodificação e codificação da língua escrita —, enquanto letrar é inserir o sujeito nas práticas sociais da leitura e da escrita, permitindo-lhe compreender e participar das diversas situações comunicativas mediadas pela linguagem. Assim, a alfabetização plena implica não apenas aprender a ler e escrever, mas também desenvolver competências de uso da língua em contextos reais, de modo crítico e reflexivo.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), o processo de alfabetização deve ocorrer prioritariamente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, priorizando o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e oralidade de forma articulada. A BNCC reforça a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, que promovam o prazer pela leitura, a autoria e a compreensão textual, respeitando o ritmo e as especificidades de cada aprendiz. Essa perspectiva dialoga com as contribuições da psicologia histórico-cultural, especialmente com as ideias de Vygotsky (1998), ao compreender o aprendizado como um processo social mediado pela linguagem e pela interação com o outro.

2.2 Fluência em Leitura e Desenvolvimento Cognitivo

A fluência leitora é um dos principais indicadores da proficiência em leitura, pois atua como ponte entre a decodificação e a compreensão textual. De acordo com Capovilla e Capovilla (2007), ela envolve três dimensões interdependentes: precisão (reconhecimento correto das palavras), velocidade (rapidez na leitura) e prosódia (entoação e expressividade adequadas). O desenvolvimento equilibrado dessas habilidades é essencial para que o leitor consiga automatizar a decodificação e concentrar-se na compreensão do significado do texto.

Sob o ponto de vista neuropsicológico, a fluência está relacionada à ativação simultânea de múltiplas áreas cerebrais envolvidas no processamento fonológico, na memória de trabalho e na atenção sustentada. Moraes (1996) ressalta que a consciência fonológica — a capacidade de refletir e manipular os sons da fala — constitui um pré-requisito fundamental para a alfabetização bem-sucedida. Crianças com dificuldades nessa habilidade tendem a apresentar lentidão na leitura e na escrita, o que impacta diretamente a fluência e a compreensão.

Estudos recentes (Hoole; Defiore, 2022) destacam que a fluência não deve ser vista apenas como uma meta quantitativa, mas como um componente qualitativo da leitura, que reflete o domínio cognitivo, linguístico e emocional do leitor. Assim, práticas pedagógicas que promovam a leitura expressiva, o reconto de histórias, o uso de jogos fonológicos e a leitura compartilhada contribuem significativamente para o fortalecimento da fluência. Tais estratégias são ainda mais eficazes quando associadas à mediação intencional do educador e ao estímulo das funções executivas — atenção, memória e controle inibitório —, indispensáveis para a aprendizagem significativa.

2.3 Alfabetização e Inclusão

A educação inclusiva, respaldada por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), defende que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, devem ter acesso ao ensino regular e de qualidade. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) consolidou esse direito, promovendo a reestruturação das práticas pedagógicas e a valorização das diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo.

Entretanto, na prática cotidiana, a alfabetização de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) ainda apresenta inúmeros desafios. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia ou Deficiência Intelectual exigem estratégias específicas de ensino, materiais adaptados e acompanhamento interdisciplinar. A ausência de recursos adequados e a formação insuficiente de professores muitas vezes dificultam o pleno desenvolvimento dessas crianças, comprometendo sua motivação e autoestima.

Autores como Vygotsky (1998) ressaltam que o aprendizado escolar é um processo de mediação social e cultural, e que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação com o outro. Assim, a atuação do mediador — professor, psicopedagogo ou terapeuta — é fundamental para criar condições de aprendizagem ajustadas à zona de desenvolvimento proximal de cada criança, isto é, ao espaço entre o que ela já consegue realizar sozinha e o que pode alcançar com apoio.

No contexto da alfabetização inclusiva, o papel do psicopedagogo destaca-se pela capacidade de compreender o sujeito de forma integral, identificando suas potencialidades, dificuldades e modos próprios de aprender. A prática psicopedagógica visa não apenas corrigir falhas na aprendizagem, mas compreender suas origens cognitivas, emocionais e sociais, propondo intervenções que estimulem a autonomia e o prazer em aprender. Além disso, a inclusão exige um trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multidisciplinar, assegurando coerência nas estratégias e continuidade no processo educativo.

Pesquisas recentes têm evidenciado que abordagens multissensoriais — que integram visão, audição, tato e movimento — favorecem a alfabetização de alunos com dificuldades específicas, pois ampliam as vias de acesso à informação e fortalecem as conexões neurais. O uso de recursos visuais, jogos fonológicos, letras móveis, tecnologias assistivas e práticas lúdicas são exemplos de ferramentas que podem potencializar a aprendizagem desses estudantes (Capovilla; Capovilla, 2007).

Por fim, a alfabetização inclusiva demanda uma postura ética e humanizada, que valorize a diversidade e rompa com os paradigmas excludentes ainda presentes na escola. Acreditar que toda criança é capaz de aprender, respeitando seus tempos e trajetórias, é o primeiro passo para uma educação verdadeiramente transformadora. O compromisso com a inclusão não se limita ao acesso,

mas implica permanência, participação e sucesso de todos no processo educativo — princípios que devem nortear qualquer proposta de alfabetização no século XXI.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão teórica de caráter qualitativo, fundamentada na análise crítica e reflexiva de produções científicas que abordam os processos de alfabetização, fluência em leitura e inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo reunir, sistematizar e discutir o conhecimento já produzido sobre um determinado tema, buscando identificar tendências, lacunas e contribuições relevantes para o avanço da área (Gil, 2019).

A seleção do material bibliográfico foi realizada por meio de pesquisa exploratória em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo SciELO, PePSIC, Google Scholar e Periódicos CAPES. Foram considerados artigos, livros, dissertações e documentos oficiais publicados entre 2010 e 2025, garantindo atualidade e pertinência teórica. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: alfabetização, fluência em leitura, inclusão escolar, necessidades educacionais especiais, psicopedagogia e neuropsicologia da aprendizagem.

Como critérios de inclusão, priorizaram-se trabalhos que apresentassem fundamentação teórica sólida, pertinência temática e relevância para o contexto educacional brasileiro, especialmente aqueles que relacionavam alfabetização à fluência leitora e às práticas inclusivas. Foram excluídas publicações que não abordassem diretamente a temática ou que apresentassem duplicidade de conteúdo.

Após a seleção inicial, o material foi submetido a uma leitura analítica, com destaque para as contribuições de autores clássicos e contemporâneos como Ferreiro e Teberosky (1986), Soares (2003), Capovilla e Capovilla (2007), Vygotsky (1998), Morais (1996) e BNCC (2017), entre outros. O processo de análise seguiu a lógica da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de eixos temáticos recorrentes e a categorização das principais ideias sobre alfabetização e inclusão.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou a compreensão ampla e integrada do fenômeno estudado, respeitando a pluralidade de perspectivas teóricas e considerando o caráter multidimensional do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. O enfoque qualitativo

buscou valorizar a interpretação e a reflexão crítica, priorizando a compreensão do significado das práticas e concepções sobre a alfabetização no contexto inclusivo, e não apenas a mensuração de dados quantitativos.

Em síntese, o estudo fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar, que integra os campos da Educação, Psicologia e Neuropsicopedagogia, com o intuito de contribuir para a construção de estratégias mais efetivas, humanizadas e equitativas na promoção da alfabetização e da fluência leitora de todas as crianças, independentemente de suas condições individuais.

4. DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre alfabetização, fluência em leitura e inclusão revela que, embora o campo educacional brasileiro tenha avançado significativamente nas últimas décadas, persistem desafios estruturais e conceituais que comprometem o pleno desenvolvimento da competência leitora das crianças, especialmente daquelas com necessidades educacionais especiais. A revisão teórica demonstra que os problemas não estão apenas na ausência de recursos materiais ou metodológicos, mas também nas concepções reducionistas que ainda orientam a prática pedagógica em muitas escolas.

Um dos pontos mais recorrentes nos estudos é a necessidade de superar a visão mecanicista da alfabetização, centrada exclusivamente na decodificação. Conforme apontam Ferreira e Teberosky (1986) e Soares (2003), o ato de ler e escrever deve ser compreendido como um processo construtivo e social, no qual o aprendiz elabora hipóteses, experimenta, erra e reconstrói o conhecimento. Quando a alfabetização é reduzida à repetição e à memorização de sílabas, perde-se o sentido comunicativo e cognitivo da escrita, e a aprendizagem tende a se tornar superficial e frágil.

Além disso, a fluência em leitura é frequentemente negligenciada como indicador de competência. Pesquisas demonstram que muitos alunos são considerados alfabetizados por decodificarem palavras isoladas, mas não conseguem sustentar uma leitura fluente, expressiva e compreensiva. Capovilla e Capovilla (2007) e Moraes (1996) ressaltam que a fluência é o elo entre o reconhecimento automático das palavras e a compreensão textual; sem ela, o leitor gasta energia cognitiva em processos básicos e tem dificuldade de acessar o sentido global do texto. Essa

constatação reforça a importância de metodologias que estimulem a leitura expressiva, a entonação e a compreensão integrada do discurso.

A partir da perspectiva neuropsicológica, estudos contemporâneos evidenciam que o desenvolvimento da fluência leitora está intimamente ligado à maturação de funções cognitivas como atenção, memória operacional e processamento fonológico. Quando há déficits nessas áreas — comuns em crianças com TDAH, dislexia ou transtornos do espectro autista (TEA) —, a aprendizagem da leitura exige abordagens diferenciadas e maior tempo de consolidação. Assim, o papel do mediador torna-se indispensável, pois a criança precisa de suporte pedagógico, emocional e cognitivo contínuo para desenvolver autonomia.

No contexto da educação inclusiva, a discussão torna-se ainda mais complexa. Apesar das políticas públicas — como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) — e da ampliação das salas de recursos multifuncionais, ainda há grandes lacunas na formação docente e na articulação entre teoria e prática. Muitos professores relatam insegurança ao lidar com crianças que apresentam ritmos e modos de aprendizagem distintos, o que evidencia a necessidade de formação continuada e de apoio institucional efetivo.

Por outro lado, experiências bem-sucedidas relatadas na literatura apontam que o uso de estratégias multissensoriais, tecnologias assistivas e intervenções psicopedagógicas interdisciplinares contribuem para ganhos expressivos na alfabetização de alunos com dificuldades específicas. O envolvimento da família e a criação de ambientes de aprendizagem afetivos e estimulantes são fatores decisivos para o sucesso da inclusão (Hoole; Defiore, 2022). Dessa forma, o processo de alfabetização deixa de ser um ato isolado do professor e passa a ser um projeto coletivo, que envolve escola, família e profissionais da saúde e da educação.

Outro aspecto recorrente nas discussões é o impacto emocional da aprendizagem. Crianças que enfrentam repetidos fracassos na leitura e na escrita tendem a desenvolver sentimentos de incapacidade, ansiedade e rejeição, o que pode gerar resistência e desmotivação. A atuação do psicopedagogo é fundamental nesse ponto: ao identificar as causas cognitivas e afetivas do não aprender, ele favorece a reconstrução do vínculo com o conhecimento e com o ato de ler. Essa dimensão emocional é indissociável da aprendizagem significativa e deve ser considerada em qualquer proposta de alfabetização inclusiva.

Em síntese, os estudos revisados apontam que alfabetizar com qualidade e incluir com equidade requerem uma mudança paradigmática: deixar de ver a criança pela ótica da deficiência

e passar a reconhecê-la como sujeito de potencialidades. A escola inclusiva é aquela que adapta o ensino, não o aluno; que acolhe as diferenças como riqueza, não como obstáculo. Promover a fluência em leitura nesse contexto é, portanto, mais do que desenvolver uma habilidade técnica — é garantir o direito à voz, à expressão e à participação social de todos os aprendizes.

5. CONCLUSÃO

A alfabetização é, antes de tudo, um processo humano e relacional que ultrapassa os limites da técnica e da metodologia. Ela se insere no campo das experiências simbólicas e culturais, constituindo-se como um meio pelo qual o sujeito se apropria da linguagem, organiza o pensamento e constrói sentido sobre si e sobre o mundo. Com base na revisão teórica apresentada, torna-se evidente que a alfabetização, quando articulada à fluência leitora e à inclusão, representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação, exigindo práticas pedagógicas sensíveis, interdisciplinares e sustentadas em evidências científicas.

O percurso desta análise demonstrou que o processo de aprender a ler e a escrever é dinâmico, complexo e profundamente influenciado por aspectos cognitivos, emocionais e socioculturais. Autores como Ferreiro e Teberosky (1986), Soares (2003) e Vygotsky (1998) ressaltam que o desenvolvimento da linguagem escrita não ocorre de forma linear, mas por meio de interações e mediações que promovem avanços qualitativos no pensamento da criança. Assim, alfabetizar não é apenas ensinar o código, mas favorecer a formação de sujeitos leitores e críticos, capazes de interpretar, questionar e transformar a realidade por meio da palavra.

No campo da fluência em leitura, observou-se que ainda há uma lacuna significativa entre o reconhecimento da importância dessa habilidade e sua efetiva consolidação nas práticas escolares. O desenvolvimento da fluência exige tempo, acompanhamento e estratégias específicas que estimulem a automatização dos processos de decodificação e a construção de sentido global. Capovilla e Capovilla (2007) e Moraes (1996) demonstram que a fluência é um marco de passagem entre o leitor iniciante e o leitor autônomo, sendo determinante para o sucesso escolar. Dessa forma, investir em programas de leitura, oficinas de reconto, mediação literária e atividades de prosódia é investir também na formação emocional e cognitiva das crianças.

A análise das políticas e práticas inclusivas revela que, embora o Brasil possua um arcabouço legal sólido — como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a BNCC (Brasil, 2017) —, sua implementação ainda enfrenta barreiras estruturais e culturais. A inclusão escolar não pode se limitar ao acesso físico ou à matrícula: é preciso garantir condições reais de participação e aprendizagem para todos. Isso implica rever currículos, adaptar metodologias e, sobretudo, formar educadores para atuar com sensibilidade, empatia e conhecimento técnico diante das singularidades de cada aluno.

Nesse contexto, o papel do psicopedagogo e do mediador educacional ganha destaque. Esses profissionais são fundamentais na articulação entre o pedagógico e o emocional, promovendo intervenções que consideram o sujeito em sua totalidade. A alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais demanda olhar atento, paciência e estratégias personalizadas, que valorizem as potencialidades e não apenas as limitações. É preciso compreender que o ritmo diferenciado não é sinônimo de incapacidade, mas expressão da diversidade humana — e que ensinar é adaptar-se, escutar e criar caminhos.

Outro ponto relevante evidenciado pela revisão é a importância do ambiente afetivo e motivador na aprendizagem. O vínculo emocional entre o educador e o aprendiz é um fator protetor que sustenta o interesse pela leitura e a confiança em aprender. Quando a criança se sente acolhida e reconhecida, ela se arrisca mais, erra sem medo e reconstrói o conhecimento com segurança. Assim, alfabetizar com amor e ciência é um gesto de compromisso ético: é reconhecer na palavra o poder de emancipar e incluir.

Em síntese, este artigo reforça que a alfabetização, quando compreendida como prática social e inclusiva, precisa ir além da técnica e se transformar em ato político, pedagógico e humano. Promover a fluência em leitura de forma equitativa significa garantir que cada criança, independentemente de suas condições cognitivas ou sociais, tenha acesso ao universo simbólico da linguagem. Trata-se, portanto, de defender o direito de todos à palavra, à escuta e à participação plena na cultura escrita.

Como recomendação, destaca-se a urgência de políticas públicas que assegurem formação continuada aos professores, apoio institucional à inclusão, e parcerias interdisciplinares entre escola, família e profissionais da saúde. Também se sugere o fortalecimento de práticas psicopedagógicas baseadas em evidências, que integrem os campos da neurociência, da psicologia e da educação. Somente assim será possível consolidar uma alfabetização verdadeiramente transformadora — aquela que ensina a ler o mundo, e não apenas as palavras.

O aprofundamento do debate sobre a alfabetização inclusiva também requer uma análise cuidadosa do papel desempenhado pela escola, pela família e pelo contexto social na consolidação da fluência leitora. A literatura contemporânea evidencia que a aprendizagem da leitura e da escrita não ocorre de forma isolada, mas é resultado de uma rede de interações que envolve o ambiente familiar, a prática pedagógica e os estímulos socioculturais disponíveis à criança (Góes, 2012; Moraes, 2020). O engajamento familiar, por exemplo, tem se mostrado um dos fatores protetivos mais relevantes para o desenvolvimento linguístico e cognitivo. Quando a família participa ativamente do processo educativo — lendo com a criança, conversando sobre textos e valorizando o ato de aprender — há um aumento significativo da motivação e da autoconfiança do aprendiz.

A escola, por sua vez, é o espaço em que a alfabetização se concretiza de maneira sistemática, por meio de metodologias intencionais e planejadas. Entretanto, para que esse processo seja realmente inclusivo, é indispensável que o ambiente escolar promova um clima afetivo, seguro e estimulante, que reconheça o erro como parte do aprendizado e valorize os avanços individuais. As práticas centradas na afetividade e na escuta ativa — como a mediação literária, o reconto oral e os círculos de leitura — ampliam a capacidade de expressão e a compreensão leitora, especialmente em crianças com dificuldades específicas. Essa abordagem afetiva e mediada também contribui para o fortalecimento do vínculo entre professor e aluno, elemento essencial para a permanência e o sucesso escolar (Vygotsky, 1998).

Outro aspecto relevante diz respeito à motivação intrínseca e ao prazer pela leitura. Crianças que leem por curiosidade, interesse e identificação emocional tendem a desenvolver fluência e compreensão com mais facilidade. O papel do educador é, portanto, o de mediador de experiências significativas com o texto, oferecendo obras que despertem emoções e reflexões, que dialoguem com o universo simbólico de cada aluno. Essa postura desloca a leitura do campo da obrigação para o campo da descoberta, transformando o ato de ler em um processo de construção identitária e social. Nesse sentido, a alfabetização deve ser concebida não apenas como técnica, mas como experiência estética e cultural.

As políticas públicas e a formação docente também exercem influência direta sobre a qualidade da alfabetização inclusiva. É fundamental que os programas de formação inicial e continuada abordem as especificidades do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o desenvolvimento das competências socioemocionais do educador. O professor alfabetizador deve estar preparado para identificar sinais de dificuldades de

aprendizagem, compreender suas causas e aplicar estratégias de intervenção baseadas em evidências. Além disso, políticas que garantam a presença de equipes multiprofissionais nas escolas — psicopedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos — fortalecem o processo de ensino-aprendizagem e ampliam as possibilidades de atendimento às diferenças.

Sob a ótica da neuropsicopedagogia, a interdisciplinaridade emerge como princípio norteador. A aprendizagem é resultado da integração entre processos cognitivos, afetivos e motores, e o trabalho colaborativo entre diferentes áreas do conhecimento potencializa o desenvolvimento global da criança. Assim, projetos que unem práticas pedagógicas, estimulação cognitiva e suporte emocional tendem a produzir avanços mais consistentes e duradouros. A alfabetização inclusiva, portanto, não se restringe à sala de aula, mas deve ser vista como uma construção coletiva que envolve toda a comunidade escolar.

Por fim, é necessário reconhecer que a inclusão plena ainda é um desafio que ultrapassa o campo educacional, refletindo as desigualdades sociais, econômicas e culturais do país. O enfrentamento dessas barreiras requer o compromisso político e ético de todos os envolvidos no processo educativo. Alfabetizar com equidade é promover justiça social, é permitir que cada criança, com suas singularidades e potencialidades, encontre na leitura um caminho de pertencimento e emancipação. Essa perspectiva amplia a compreensão de que o ato de ler e escrever é, antes de tudo, um exercício de humanidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAPOVILLA, Fernando César; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. **Alfabetização: método fônico e psicogênese da língua escrita**. 3. ed. São Paulo: Memnon, 2007.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **A interação e a linguagem no processo de alfabetização**. Campinas: Autores Associados, 2012.

HOOLE, Amanda; DEFIORE, Andrea. Fluência em leitura: aspectos cognitivos e estratégias de intervenção. **Revista Psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 233-241, 2022.

MORAIS, Artur Gomes de. **A consciência fonológica e a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1996.

MORAIS, José. **A arte de ler: o cérebro e o prazer da leitura**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Contexto, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.